

KANT ENTRE O COMPOLITISMO ESPECISTA E A FILOSOFIA DO CONHECIMENTO SUBJETIVISTA

José Henrique Alexandre de Azevedo.¹

RESUMO: Kant remove a Filosofia do seu caráter aporético, a qual estava imersa no século XVIII ao dar a ela um lugar em relação às outras ciências. Isto possibilitou a Filosofia ser considerada o centro do saber científico, podendo inclusive ser ela o saber que fundamenta todos os outros. Nosso objetivo neste artigo é mostrar que tal feito de Kant teve sim um grande impacto na Filosofia em sua época, contudo o seu principal escopo era mostrar que este saber tem de ter como norte o mundo das vivências cotidianas, a partir da prática diária de vida; isto é: dar um lugar à Filosofia foi fundamental, mas tal objetivo apenas se sustentaria de modo último ao vislumbrar o fim último a que a humanidade se destina. Desse modo, Kant faz uma Filosofia entre um cosmopolitismo especista e uma filosofia do conhecimento subjetivista.

PALAVRAS-CHAVE: Cosmopolitismo; Epistemologia; Filosofia.

ABSTRACT: Kant removes the Philosophy of its aporetical situation, that it was in XVIII century, giving it a place between the other sciences. It made Philosophy being considered the central scientific knowlegde, the basis of the whole knowledge. Our scope in this paper concern to show the great impact of

this kantian kind to think the world, but his main objective was to show that this sapience has to have as goal the everyday life, since a daily practice of life; i. e., to give a place of acting was fundamental, however that goal could just mantain itself ultimately, showing the last end that mankind is destined. Therefore, Kant makes Philosophy between a speciestical cosmopolitism and a subjetivistical knowledge's Philosophy.

KEYWORDS: Cosmopolitism; Epistemology; Philosophy.

INTRODUÇÃO

Como viver em um mundo em que todas as suas crenças foram absolutamente colocadas por terra, derrubadas e desacreditadas enquanto valor de verdade incontestável? Duas respostas, pelo menos, são possíveis face a tal questão: primeiro, cair em um completo niilismo, a partir do qual o suicídio e amoralidade seriam viáveis e, até mesmo, soluções palpáveis; segundo, resignificá-lo ao ponto de o mundo anterior conservar apenas traços do que era antes sem jamais se poder outra vez propor como verdades absolutas os paradigmas anteriores. Kant optou pela segunda via, resgatando a dignidade e o valor de verdade do próprio estatuto da Filosofia enquanto tal.

Com isso, Kant teve de reinventar a Filosofia por meio de um modo de operação envolvendo as faculdades humanas, com o intuito de reavê-la do descrédito enquanto saber não suficientemente válido, uma vez que a metafísica, a princesa da Filosofia, não tinha como comprovar seus empreendimentos por meio de correspondência empírica verificadora, procedimento comum às ciências modernas.

A ciência moderna tem por gênese o estudo mais aprofundado da astronomia.² Os estudiosos que vieram à tona após o renascimento cultural tiveram de necessariamente debater com o saber da ciência moderna. Também, com efeito, um alemão erudito do século XVIII que não conhecesse a física newtoniana não estaria apto a entender a Filosofia dominante da época, a de Leibniz; e provavelmente não seria possível entender Leibniz e Newton sem entender a recente história, à época, de como a ciência dominou o horizonte do pensamento, chegando mesmo, por conta de sua influência, a desestruturar a metafísica. Kant foi, sem dúvida, um estudioso da ciência.

Concordo com a tese de Alexandre Koyré em seu *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*³, que afirma haver acontecido uma revolução nas mentes modernas ao interpretar o mundo de um modo totalmente novo em relação aos antigos gregos, romanos e medievais. Enquanto estes concebiam um mundo fechado onde cada coisa tinha seu lugar determinado, inclusive as divindades (no caso medieval, Deus criou o mundo, mas permaneceu fora dele), os modernos trabalham com a ideia de que o mundo é infinito (ou mesmo indeterminado, intérmino), ou seja, a compreensão da extensão e do lugar de cada coisa não podia mais ocorrer baseada na ciência aristotélica: esta não mais explicava a contento a realidade da observação astronômica.⁴

O jovem Kant, muito antes de pensar em uma revolução copernicana, lançara a *História geral da natureza e teoria dos céus*⁵ em 1755, apresentando a hipótese nebular, ao sugerir que o sistema solar teria se originado a partir de uma gigantesca nuvem de gás e poeira, conhecida como nebulosa solar. Kant enviou uma carta ao matemático Leonard Euler⁶, juntamente a um exemplar do livro supracitado, mostrando sua admiração e pedindo que este avaliasse seu escrito e sua teoria, mas infelizmente morreu sem receber nenhuma resposta de Euler; venhamos e convenhamos: azar de Euler. Esta teoria foi desenvolvida anos depois, mais precisamente em 1796, por Pierre-Simon Laplace, ficando conhecida como a hipótese Kant-Laplace ou hipótese nebular. Isto nos remete a ideia de que a ciência sempre se fez presente no espírito filosófico de Kant, principalmente em seu período pré-crítico, chegando mesmo a ser algo indissociável deste espírito e, podemos dizer, continuou forte em sua mente, ressoando no modo mesmo de fazer a Filosofia crítica.

Desse modo, neste artigo, pretendo mostrar de forma breve, descritiva e propositiva o modo como Kant ressignificou a Filosofia em meio à ciência moderna, dando outra vez àquela o estatuto de saber fundamental para a vida cotidiana. Como disse, aqui veremos apenas um esboço de como o conceito de Filosofia aparece na obra kantiana, enfatizando o caráter polifacetário de aplicação do conceito de Filosofia, uma vez que ele aparece de modo aurático e efetivo em várias partes da Filosofia kantiana. Nossa tese neste artigo é que há, no mínimo, duas chaves de leitura para a filosofia de Kant: uma cosmopolita especista e outra concernente à Filosofia do conhecimento subjetivista.

A FILOSOFIA COSMOPOLITA

A Filosofia de modo algum é, estritamente, uma atividade de eruditos, em que pese a erudição ser de extrema importância; esta não é a característica principal que determina o papel do filósofo. A Filosofia na modernidade tem necessariamente de seguir um caminho antevisto pelo filósofo por meio do uso de sua razão e, com isso, resgatar um modo que se perdera na antiguidade: a vida dos homens deve ser mediada sob as diretrizes da Filosofia. Com isso, pretendo aqui mostrar que a *Filosofia sob o conceito do mundo*, uma *Filosofia cosmopolita*, se dá a partir da compreensão de que ela é uma *doutrina da sabedoria*, que mostra como todos os seres humanos podem guiar-se para se colocar em direção ao *fim último* requerido enquanto espécie:

Mas a Filosofia não pode ser pensada somente a partir do seu conceito na escola, porque envolve um dúplice ponto de vista. Assim, do ponto de vista cosmopolítico, a Filosofia

torna-se uma “doutrina da sabedoria”, e o filósofo assume o ofício não de um mero técnico, mas de um “legislador da razão,” que deve utilizar sua habilidade de pensar meios para fins quaisquer com o objetivo de relacionar os diversos usos da razão com “a meta final da razão humana” (AK 9:24).⁷

Com isso, Seneda, falando sobre Kant, mostra claramente que há um conceito envolto nesta relação kantiana com a Filosofia, que, de modo didático, perpassa tanto a *Filosofia do mundo* quanto a *Filosofia da escola*, a saber, tal conceito é o de *uso*. Isto mostra que a razão tem de ser usada de modo determinado para que possa caracterizar a Filosofia enquanto tal. Se usada de modo a apenas trazer de volta o conteúdo histórico subjetivo da Filosofia fará uma de tipo escolástico (erudição extrema sem a mínima preocupação com remeter tal saber ao mundo), mas se usar a razão de modo a guiar a humanidade a seu *fim último*, estará praticando a *Filosofia cosmopolita*, uma vez que “no que se refere à filosofia em seu sentido do mundo (*in sensu cosmico*), ela pode chamar-se também uma máxima suprema (*der höchsten Maxime*) do uso de nossa razão.”⁸

Usar a razão de modo a guiar a humanidade àquilo que ela está destinada nos faz ter de reaver a própria *arquitetônica* kantiana, que teve de dividir a razão em dois modos de *uso*: o teórico e o prático, ambos domínios distintos sob o ponto de vista do conhecimento. Com isso, a razão usada de modo teórico tem a capacidade de conhecer, por meio das *categorias do entendimento*, os *fenômenos* da natureza, mas de modo algum, dentro deste quadro conceitual teórico, pode colocar em baila *juízos morais*. Tais *juízos* apenas podem aparecer sob o contexto da *Filosofia prática*, ou seja, a razão aqui é

usada de modo a não ter como *finalidade* o conhecimento de *fenômenos físicos*, mas sim de regular a vida moral dos humanos através do *postulado da causalidade da liberdade* e da *formalidade do imperativo categórico* como fundamento do dever moral. Para o *uso teórico* aparece na *catedral crítica da CRP* e o *uso prático* na *Crítica da razão prática* (que pese também aparecer na *CRP* enquanto vislumbre); contudo, haveria um hiato entre tais *usos* se não houvesse uma consideração acerca da *finalidade* da Filosofia e dos *usos* da razão; sob este ponto de vista vem à tona a *CFJ*, obra que propõe uma ponte conceitual entre esses dois domínios, sob a égide do *conceito de finalidade* regido pela *faculdade de sentir prazer e desprazer*.⁹

Isto mostra que o *uso da razão* na *Filosofia do mundo* se dá de modo a revelar o objetivo último de todo filosofar: regular moralmente e, por conseguinte, politicamente todas as atividades da vida humana, mediar a vida por meio da Filosofia e, com isso, outra vez dar importância à atividade da Filosofia, que há tempos estava em descrédito. O *cosmopolitismo* da Filosofia kantiana, mostrado em seu *conceito de filosofia*, também aponta para um novo modo de encarar os problemas filosóficos, a saber, mostrando que a principal arma para isto, a metafísica, não tinha nenhuma competência teórica para fazê-lo, pois apenas divagava sob ilusões e crenças, que não mais se sustentavam em tempos de domínio científico nos moldes modernos.

Ponho isto, desse modo, com o intuito de mostrar que Kant traz para a Filosofia um novo marco regulatório que, segundo ele, faz com que ela ganhe um critério seguro, uma vez que a Filosofia, enquanto tal, nunca existiu. “Ainda não há filosofia,”¹⁰ diz Kant em boa letra. O filósofo de Königsberg quer, na verdade, estabelecer

de que modo ela pode ganhar um rigor parecido com aquele que possuía a matemática e, principalmente, a ciência da natureza, pois esta última tem componentes tanto da experiência empírica quanto de modo a priori à experiência. Aqui o *uso da razão* dá uma nova significação à Filosofia, permitindo que esta possa ter um critério seguro de avaliação dos *fenômenos* da natureza, da regulação moral, da apreciação do que apetece ou não apetece e, de modo mais importante, daquilo que guia a humanidade ao seu *fim último*. Kant, assim, acreditava poder superar a mera erudição escolástica:

Mas até aqui o conceito de filosofia é apenas um conceito escolástico, ou seja, o conceito de um sistema de conhecimento, que apenas é procurado como ciência, sem ter por fim outra coisa que não seja a unidade sistemática desse saber, por consequência, a perfeição lógica do conhecimento. Há, porém, ainda um conceito cósmico (*conceptus cosmicus*) que sempre serviu de fundamento a esta designação, especialmente quando, por assim dizer, era personificado e representado no ideal do filósofo, como um arquétipo. Deste ponto de vista a filosofia é a ciência da relação de todo o conhecimento aos fins essenciais da razão humana (*teleologia rationis humanae*) e o filósofo não é um artista da razão, mas o legislador da razão humana. Neste sentido, seria demasiado orgulhoso chamar-se a si próprio um filósofo e pretender ter igualado o arquétipo, que não existe a não ser a ideia.¹¹

Com efeito, é extremamente grave para a Filosofia a denúncia que faz Kant de que nunca existiu uma propriamente dita, tampouco um filósofo sequer em toda a história. Como já havia

dito um pouco mais acima, a Filosofia nunca existiu por conta de nunca ter havido nenhum critério seguro para identificá-la, não há um livro sequer que diga definitivamente: esta é a Filosofia; ela não é um saber objetivo tal qual as engenharias, a física, a química, a biologia, etc. Filosofia até os tempos kantianos era sinônimo de metafísica e esta última virou sinônimo de saber não empiricamente comprovável. Kant aproxima a Filosofia de um ideal e de um esforço para a *sabedoria*, que nunca foi cumprido, nunca foi satisfeito; entretanto, sempre se buscou viver segundo este ideal. Procurava-se uma formalidade ideal para poder identificar a figura do filósofo e o papel da Filosofia no mundo; com Kant não aconteceu de modo diferente. Com efeito, os antigos também não chegaram a ser filósofos, em que pese terem se aproximado:

Alguns antigos filósofos se aproximaram do ideal do verdadeiro filósofo, Rousseau igualmente; somente não o atingiram. Talvez muitos tenham acreditado que já possuímos a doutrina da sabedoria e que não deveríamos considerá-la uma simples ideia, pois possuímos tantos livros, cheios de prescrições que nos dizem como devemos agir. Somente que elas são, na maior parte, proposições tautológicas e exigências que não se pode suportar entender, pois não mostram nenhum meio de alcançá-las.¹²

Desse modo, o *conceito cosmopolita de filosofia* tem, na verdade, por finalidade, fundar uma ideia segura e rigorosa deste saber e estabelecer neste contexto o verdadeiro papel do filósofo moderno. Na antiguidade grega, o filósofo surgiu como aquele

ser que tentou descortinar os mistérios do mundo a partir de um modo discursivo diferente daquele corrente à época, o mitológico. Assim, de uma física natural corrente entre os filósofos pré-socráticos passou-se a relacionar o papel do filósofo ao de guia da consciência, aquele que fala francamente (*parrhesia*) e mostra a melhor maneira de viver. Isto se dava por meio das escolas de Filosofia de modo que os pupilos seguiam as recomendações dos mestres de maneira a um dia também se tornarem mestres, emancipando-se do antigo diretor de consciência.¹³

Kant tenta resgatar esta ideia de que o filósofo seja responsável por mediar a vida humana, contudo sua época é outra e não se podia mais ser filósofo como os antigos, pois as escolas da modernidade em nada se aproximavam de sua matriz antiga. Os mestres da modernidade são professores com carga horária determinada e direitos trabalhistas, profissionais da Filosofia; bem diferente daqueles homens que, inexoravelmente, eram obrigados a viver de acordo com o modo que pregavam, sob pena de não serem levados a sério. Isto quer dizer que deveriam usar a túnica da escola, comer de acordo com os seus preceitos, embriagar-se como era pregado, etc. Estes modos de se viver eram conhecidos como *exercícios espirituais*, tanto que, por exemplo, entre os estoicos, à noite antes de dormir, era bem comum repensar o dia inteiro, com o intuito de analisar a si mesmo e saber onde estava errando como pessoa, a fim de concertar eventuais deslizes.

Com isso, Kant propõe uma ideia de Filosofia que envolva todos os homens em vista de interesses comuns, cosmopolitas, que tem a finalidade de mostrar ser a Filosofia, outra vez, uma prática diária de vida, que esteja envolta em uma regulação moral e em uma atividade política. Tal modo de encarar a Filosofia nos dará subsídios para compreender as chaves de leituras que serão delineadas.

A IDEIA DE UMA VIRADA COPERNICANA NO CONHECIMENTO: CHAVE DE LEITURA TRADICIONAL

Para que possamos reforçar a tese de que há no mínimo duas chaves de leitura da Filosofia de Kant, faz-se necessário mostrar como nosso autor ressignificou o caráter científico da Filosofia. Kant reforça a ideia de que a ciência é o grande paradigma do mundo moderno, na medida em que traz à tona uma nova ideia de relação entre o homem que conhece e o objeto que é conhecido. Em vez de procurarmos no objeto as características essenciais deste, fazendo com que este se revele em sua mais profunda exposição, nós temos de analisar as condições de possibilidade de nossa capacidade de conhecer e, com isso, nos certificar, primeiramente, a nós mesmos antes de esboçarmos qualquer juízo acerca dos objetos. Após uma análise como esta, descobriremos, segundo Kant, que não podemos ter qualquer capacidade de penetrar de modo profundo nas coisas como são em si mesmas, restando-nos apenas a consciente tarefa de analisar o modo mesmo como somos afetados. Assim:

Até hoje admitia-se que o nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir *a priori*, mediante conceitos, algo que ampliasse o nosso conhecimento, malogravam-se com este pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento, o que assim, já concorda melhor com o que desejamos, a saber, a possibilidade de um conhecimento *a priori* desses objetos, que estabeleça algo sobre eles antes de nos serem dados. Trata-se aqui de uma semelhança com a primeira ideia de Copérnico.¹⁴

Esta virada copernicana do conhecimento é a mais difundida chave de leitura da Filosofia Kantiana. Por meio dela, notamos que os maiores filósofos de sua época se inseriram em sua Filosofia e puderam criticar aquilo que acharam devido.¹⁵ Ora, esta chave de leitura seduz-nos muito por conta de concernir à época mesma de Kant, tempo no qual a ciência era um ideal primordial da humanidade enquanto principal valor de verdade, era aquilo que faria com que os seres humanos progredissem enquanto espécie para um mundo melhor. Kant não se fez de rogado e procurou fundar os princípios de uma ciência do conhecimento que mostrasse ao grande público letrado e científico que a Filosofia poderia também ter um caráter epistemológico rigoroso. Analisemos, com isso, a estrutura da *Doutrina transcendental dos elementos na CRP*, uma vez que aqui está a chave para compreendermos o caráter científico que Kant traz para a Filosofia.¹⁶

A *Doutrina transcendental dos elementos* é o primeiro capítulo do livro supracitado e se subdivide em uma *Estética Transcendental* e em uma *Lógica Transcendental*, que, por sua vez, subdivide-se mais uma vez em *Analítica Transcendental* e em *Dialética Transcendental*. Estes dois últimos também se subdividem, mais uma vez, em dois livros, a saber, em relação à *Analítica* a divisão se dá em uma *analítica dos conceitos* e uma *analítica dos princípios*; quanto à *Dialética*, o primeiro livro trata dos *conceitos da razão pura* e o segundo dos *raciocínios dialéticos da razão pura*. Faremos uma análise bem geral com o intuito apenas de mostrar como ler Kant a partir de sua relação com a cientificidade da Filosofia.

Desse modo, comecemos expondo acerca da *Estética transcendental*. Kant aqui está muito impregnado em Newton

(Também, em certa medida, em Leibniz e Descartes), para o qual o movimento relativo remete a duas entidades metafísicas absolutas: Espaço e Tempo. Kant discorda exatamente deste ponto e propõe duas teses bem conhecidas: aqueles não são empíricos, mas *idealidades a priori* e não são conceitos, mas *formas puras*. A *idealidade transcendental de espaço* regula o contato com os *fenômenos*, entendidos como afecções empíricas. Com efeito, a *idealidade transcendental de espaço* é uma representação a priori de caráter indubitável a todas as intuições. Tal idealidade coordena a apreensão de toda e qualquer realidade fenomênica apresentada a este sentido externo.

Por sua vez, a *idealidade transcendental de tempo* é uma forma a priori que nos permite intuir a nós e ao nosso estado interno. Todas as características de atribuição de realidade temporal são concebidas pelo sujeito de maneira interna, ao ser exposto à experiência do *movimento*. Assim, podemos dizer que o tempo não reside nos *fenômenos*, mas nos damos conta dele através do sentido interno com a finalidade de situá-los enquanto objetos que existem em um determinado período temporal em relação à ideia interna de tempo. Com isso, podemos afirmar que os fenômenos são situados temporalmente, por meio da ideia de sucessão.

Espaço e Tempo nada mais são do que formas subjetivas da nossa intuição sensível e de modo algum determinações próprias dos objetos em si; e precisamente por isso podemos determinar a priori estas nossas intuições pela consciência da necessidade dos juízos quando os determinamos como, por exemplo, na geometria. Determinar, porém, significa julgar sinteticamente. Esta teoria pode chamar-se a doutrina da idealidade do Espaço e do Tempo, porque são representadas como algo que não está inerente as coisas em

si — doutrina que não é simples hipótese de poder explicar a possibilidade do conhecimento sintético a priori, mas verdade demonstrada, porque é absolutamente impossível estender o seu conhecimento para além do conceito dado sem recorrer à intuição alguma.¹⁷

Com isso, tempo e espaço são *intuições a priori puras* do sujeito que têm por função regular o contato com o mundo sensível. São também representações que mantêm o homem na realidade espaço-temporal finita que se constitui simplesmente como idealidade existencial inerente à limitação humana de poder conhecer as essências últimas. Esta primeira parte da *Doutrina transcendental dos elementos*, tem por intuito mostrar de que modo somos afetados pelo mundo exterior, por meio das duas formas *a priori da sensibilidade*: Espaço e Tempo.

Em relação à segunda parte, à *Analítica transcendental*, podemos situá-la como “um sistema cuja perfeição e articulação possa oferecer, ao mesmo tempo, uma pedra de toque da exatidão e genuinidade de todos os conhecimentos que nele se incluam.”¹⁸ Aqui o interesse agora se volta, inteiramente, ao desenvolvimento da maneira como o alemão indica como caminho para se chegar aos *juízos sintéticos a priori*. No percurso crítico racional, Kant considerou o conhecimento como *síntese de representações*. Este percurso da doutrina crítica é conhecido por *fio condutor da razão*, ou seja, um caminho que vai desde a *sensação* até o *juízo sintético a priori*.

A *sensação*, em sentido estrito, é caminho para a *sensibilidade*. A *sensibilidade* está no âmbito da psicologia empírica. Esta determinação do ato de pensar, segundo Kant, está em um nível inferior em relação ao *entendimento* e à *razão*. Assim, a

psicologia empírica, que pressupõe a *sensibilidade*, se quisesse estabelecer algum conhecimento cairia em um *paralogismo*, uma especulação infundada acerca da realidade do objeto. De fato, *sensação* e *sensibilidade* são trazidas ao intelecto por uma *intuição* sensível, que é incapaz de atingir a *faculdade de conhecer superior*¹⁹, na medida em que, se o contrário fosse verdadeiro, quebraria a pretensão kantiana do conhecimento transcendental como absolutamente *a priori*.

Desse modo, se a *intuição* não é suficiente para elevar objetos ao conhecimento superior, como essa *sensibilidade* do objeto poderia ser organizada e elevada ao *entendimento*? Kant traz à tona o conceito de *apercepção*, a fim de resolver esta questão. Kant refere-se à *apercepção* como um *eu penso transcendental*, ou seja, essa função do pensamento, seguindo o *fio condutor do conhecimento*, permite que as *representações* possam ser avaliadas pelo *entendimento*, exprimindo *juízos sintéticos a priori*.

O eu penso tem que poder acompanhar as minhas representações [...] A representação que pode ser dada antes de todo pensamento denomina-se intuição [...] Esta representação, porém, é um ato de espontaneidade, isto é, não pode ser considerado pertencente à sensibilidade. Chamo-a [...] Apercepção originária por ser aquela autoconsciência que ao produzir a representação 'eu penso' que tem de poder acompanhar todas as demais e é uma e idêntica em toda consciência, não pode jamais ser acompanhada por nenhuma outra.²⁰

Aqui poderíamos confundir o conceito de *apercepção* com o *esquematismo da razão pura*, contudo há uma diferença peculiar

entre ambos. A *apercepção* é uma propulsão organizadora espontânea das representações sensíveis ao *entendimento*, enquanto o *esquematismo* subsume tais objetos ao *entendimento*, categorizando-os. As *categorias* sob as quais se esquematiza foram baseadas nas categorias de Aristóteles no *Organon*.²¹ Para o grego, elas representavam os modos possíveis para falar sobre o *Ser* e eram, pois: *substância, qualidade, quantidade, relação, lugar, tempo, posição, estado, ação e afecção*. Entretanto, Kant considera Espaço e Tempo como *formas a priori da sensibilidade*, excluindo, desse modo, três categorias e substituindo-as por outras cinco de maneira a formar um total de doze categorias: I) *categorias de quantidade: unidade, pluralidade e totalidade*. II) *categorias de qualidade: realidade, negação e limitação*. III) *categorias de relação: inerência e substância, causalidade e dependência, e comunidade*. IV) *categorias de modalidade: possibilidade — impossibilidade, existência — não existência e necessidade — contingência*:

Este é, pois, o elenco de todos os conceitos puros originários da síntese que o entendimento contém em si a priori e somente devido aos quais ele é, além disso, um entendimento puro, na medida em que unicamente por tais conceitos pode compreender algo do múltiplo da intuição, isto é, pensar um objeto dela.²²

Uma vez que as categorias são representações em geral das experiências empíricas, elas geram, por conseguinte, *conceitos, juízos e inferências*, todas elas em conformidade com o entendimento. Ora, aqui nos importam de maneira mais salutar os *juízos e conceitos*, pois há uma relação intrínseca entre ambos

que é melhor visualizada na *Analítica dos princípios*, uma vez que aqui os *conceitos puros do entendimento, as categorias*, que são reflexos da *tábua dos juízos*, são espelhados de modo a revelar *princípios do entendimento* responsáveis por ratificar os *juízos sintéticos a priori*, por meio do retorno à representação do objeto que fora ajuizado. Isto é, ratifica-se aquilo que foi intuído e crava o *juízo sintético a priori* como concernente ao objeto analisado. Se o *fio condutor da razão* for seguido, chegar-se-á, pensa Kant, a *juízos sintéticos a priori, universais e necessários*. Tais juízos, por não conterem nada empírico, têm a função de determinar a experiência do sujeito transcendental que usa o próprio tribunal, a razão, para mediar os seus percursos teóricos internos frente ao seu exterior.

Quanto à *Dialética*, Kant diz ser a razão naturalmente propensa a ir além do dado fenomênico adquirido através da *intuição*. Após o contato com a realidade sensível, o homem se sente capaz de sobrepujá-la, esbarrando, no entanto, em limites naturais, que tornam sua pretensão demasiada. Com isso, a razão tenta solucionar problemas que, de fato, são insolúveis, caindo em ilusões ao pensar tê-los resolvido. Tais problemáticas não têm uma base empírica que possam validar uma resposta a partir de uma *intuição*. Esta ilusão é por Kant denominada: *Dialética da Razão Pura* e está na divisão segunda do primeiro capítulo da *CRP*. A *Dialética* kantiana mostra que a razão chega a juízos convincentes, com semblante real de verdade, mas que são, em última instância, ilusórios, na medida em que suas assertivas são simplesmente pensamentos provenientes do natural desejo humano de convencer a si mesmo e aos outros de que as dúvidas existentes na razão são possíveis de serem sanadas. Isto ocorre simplesmente por que:

Deverá haver raciocínios que não contenham premissas empíricas e, mediante os quais, de algo que conhecemos inferimos alguma outra coisa, de que não possuímos qualquer conceito, mas a que, todavia, por uma aparência inevitável, atribuímos realidade objetiva.²³

Kant aponta haver três espécies de raciocínios dialéticos, a saber, os *paralogismos*, as *antinomias* e o *ideal da razão pura*. Estes são sofismas inevitáveis à razão e, por conseguinte, acessíveis a todo e qualquer homem. Com isso, os objetos metafísicos, que são *Deus, a Imortalidade da Alma e a Liberdade*, são destituídos de possível conteúdo empírico e, por isso, são problemáticos à *razão* que não logra estabelecer ultimamente seus *conceitos* alinhados as *intuições sensíveis*.

Kant expõe acerca da capacidade dialética da razão que: a ciência que trata da nossa da alma, a Psicologia, cai em *paralogismos*; a ciência que concerne ao mundo, relativamente à sua totalidade e também a sua particularidade, a cosmologia, cai em *antinomias* inconciliáveis; a ciência que busca Deus, a teologia, ilusiona-se ao recorrer a *ideais* em seus raciocínios sem, todavia, uma *intuição* correspondente.

A ausência de categorias de toda mescla de determinações sensíveis pode induzir a razão a estender o seu uso, para lá de toda experiência, às coisas em si, se bem que, em virtude de não encontrarem nenhuma intuição que lhes poderia fornecer uma significação e um sentido *in concreto*, elas possam, como funções simplesmente lógicas, representar sem dúvida uma coisa em geral, mas sem poderem por si mesmas dar de qualquer coisa um conceito determinado.²⁴

Portanto, esta chave de leitura relativa à filosofia do conhecimento trazida à tona por Kant é a mais tradicional e extremamente coerente, uma vez que a sua época clamava por algo do tipo: uma Filosofia que outra vez pudesse ser vista como extremamente importante, e não somente como um saber do passado que não possuísse mais nenhum espaço no presente, por conta de seu dogmatismo. A feição de ciência que Kant se esforçou para dar à metafísica repercutiu em seu modo mesmo de filosofar, revelando que a Filosofia pode de modo rigoroso mostrar de que forma ela mesma e as outras ciências, por meio dela, ganham significação; a chave de leitura cognitiva se mostra totalmente concernente se analisarmos o epistolário²⁵ de Kant, pois até o final da sua vida ainda existiam cartas discutindo a *Doutrina Transcendental dos Elementos*. Enfim, esta chave de acesso à Filosofia de Kant é válida, mas não é a única e, tampouco, a mais determinante do projeto crítico, pois também se pode acessar o *opus* de Kant por meio de seu *conceito de filosofia*.

OUTRA CHAVE DE LEITURA: O CONCEITO DE FILOSOFIA

Meu desejo neste artigo não é, absolutamente, afirmar que Kant não tinha intenção de dar uma feição científica à Filosofia; sim, ele queria isso. O que quero afirmar diz respeito a algo mais profundo e mais além de uma filosofia do conhecimento subjetivista, ou seja, entender Kant e sua obra a partir de seu *conceito de filosofia*, de seu pensamento acerca do que devemos interpretar ser o verdadeiro papel da Filosofia e do filósofo no nosso mundo, em vista da função destes para a humanidade.

Com efeito, não é difícil notar que Kant consegue plenamente satisfazer seu primeiro objetivo: dar um viés de ciência à Filosofia, por meio de uma fixação rigorosa do modo de operação do entendimento e da locação da Filosofia como primeira e aquela que dá significado a toda e qualquer ciência. Mas, logra tal autor êxito em relação ao objetivo final de sua teoria crítica? Formulando de maneira melhor: o seu *conceito de filosofia* é suficientemente forte para servir como norte, assim como em uma leitura cognitiva? Nossa tese aqui afirma que sim. Contudo, a sutileza deste projeto kantiano nos faz crer que apenas uma leitura atenta de sua obra crítica, inclusive de seu epistolário e de suas lições para as aulas na Albertina Universidade de Königsberg, poderiam nos mostrar que seu *conceito de filosofia* é, de fato, o objetivo último da Filosofia de Kant.

Para provar a consistência desta tese aqui aventada, deve-se interpretar de que modo o seu *conceito de filosofia* aparece em sua trajetória intelectual. Desta forma, mostraremos aqui pequenos escritos de Kant, provando que o *conceito de filosofia* o acompanhou durante todo o seu período docente e crítico.

Kant, desde o seu período pré-crítico, tem bem em mente o que pensa ser a Filosofia, pois em um pequeno texto acerca do semestre de inverno de 1765-6 ele diz que “para aprender também filosofia antes de mais teria de existir realmente uma,”²⁶ ou seja, a Filosofia nunca teve um critério seguro para reconhecê-la enquanto tal, jamais alguém estabeleceu o rigor necessário a esta ciência; mais exatamente, aqui temos uma definição negativa da filosofia, pois ela não é o que pensava ser; mas, o que ela é? Kant responde que esta é uma *doutrina da sabedoria*, que significa um conceito *cosmopolita de filosofia*. Durante seu período docente, em todas as suas primeiras aulas do semestre, Kant delineava o

conceito de filosofia, com o intuito de revelar aos alunos o que ele pensava acerca do que é essa disciplina, isto é, eles não estavam ali para aprendê-la, pois esta não existe fixadamente, caso usassem, no entanto, a razão de modo apropriado, poderiam aprender a filosofar.

Tal *conceito cósmico* (em um sentido cosmopolita) aparece primeiramente em sua *CRP*, mais precisamente na *Arquitetônica da razão pura* e, posteriormente, no fim da sua vida, em obras menores no contexto crítico, mas não menos importantes. Por exemplo, Kant tem um capítulo inteiro no *Manual dos Cursos de Lógica Geral*,²⁷ o qual é denominado o *Conceito de Filosofia*. Ali aparece de forma mais apurada e clara o que Kant entende por Filosofia e também a sua intenção de fundo ao delinear uma Filosofia crítica: mostrar que a Filosofia tem de ser a guia da espécie humana. Há outros quatro fragmentos do seu período tardio nos quais Kant desenvolve o seu conceito de Filosofia, a saber:

O primeiro fragmento (AA 08: 439-441) consiste no texto que foi de fato publicado como prefácio do livro de Jachmann. Para sua tradução utiliza-se a versão editada pela Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften no volume VIII da Kants Werke. O segundo fragmento (AA 22: 370) foi escrito na metade de uma página do X fascículo do manuscrito inacabado que Kant trabalhava nos seus últimos anos e que é conhecido como *Opus postumum*. Para a tradução considera-se a versão da Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften no volume XXII da Kants Werke. O terceiro fragmento (AA 23: 467/468) foi localizado nos *Altpapier Monatschrift* de 1899 do então existente Prussia Museum de Königsberg.

A tradução segue a versão da Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften no volume XXIII da Kants Werke. O quarto fragmento foi encontrado em meados de 1960 por Dieter Henrich nos denominados ‘Hagenschen Papiere’. A tradução segue a edição por ele publicada com o título “Zu Kants Begriff der Philosophie” KAULBACH, Friedrich; RITTER, Joachim (Eds.). Kritik und Metaphysik (Festschrift für Heinz Heimsoeth). Berlin: de Gruyter, 1966. In: PERIN, A. KLEIN, J. T. *O Conceito de Filosofia em Kant: uma Tradução e um Comentário*. In: ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 13 nº 1, 2009, p. 165-196.

O que se faz interessante notar aqui é que todos esses fragmentos foram escritos no final da década de 1790, ou seja, já no derradeiro período de Kant enquanto pensador (morreu em 1804), mostrando que o seu *conceito de filosofia* teria de transitar por todas as áreas de que trata a sua Filosofia. Isto tanto é verdade que os fragmentos tratam de uma questão muito delicada para Kant: a religião. Kant fora proibido de tratar sobre o assunto em público após submeter a sua *Religião nos limites da simples razão*²⁸ ao ministro von Zedlitz. Contudo, o caso aqui é bem diferente, pois havia sido lançado em 1797 uma obra de Karl Arnold Wilmans chamada *A Similaridade entre o misticismo puro e a doutrina da religião de Kant*. O que havia de mais interessante nisso é que Wilmans conhecia muito bem a Filosofia da religião kantiana e seria um tanto quanto trabalhoso respondê-lo a altura. Kant, com isso, bolou uma estratégia muito interessante, a saber, pediu a seu amanuense, Bernard Reinhold Jachmann, que escrevesse uma resposta a Wilmans. Kant fez o prefácio da obra e lá delineou o seu *conceito de filosofia* em contraposição a tese de Wilmans de que haveria um misticismo em sua Filosofia da religião. Ora:

Mas filosofia no sentido literal do termo, enquanto doutrina da sabedoria, tem um valor incondicionado; porque ela é a teoria do fim terminal da razão humana, que pode ser apenas um, do qual todos os outros fins se derivam ou ao qual devem estar subordinados, e o perfeito filósofo prático (enquanto um ideal) é aquele que satisfaz em si mesmo essa exigência. Agora, a questão é se a sabedoria é infundida na pessoa de cima para baixo (por inspiração), ou escalada de baixo para cima através da força interior da sua razão prática. Quem afirma a primeira como um meio de conhecimento passivo imagina o absurdo da possibilidade de uma experiência suprassensível, que está em exata contradição consigo mesma, (representar o transcendente como imanente) e baseia-se em uma tal doutrina secreta chamada misticismo, o qual é o exato contrário de toda filosofia e justamente por ser isso, ele (como o alquimista) estabelece como a maior das descobertas que ele está dispensado de todo trabalho racional e árduo das investigações da natureza, sonhando estar bem-aventuradamente num doce estado de fruição.²⁹

Com isso, podemos notar que Kant pensa de modo semelhante aos anos anteriores acerca do que seja a Filosofia, ou seja, uma *doutrina da sabedoria* no sentido de ser uma *teoria do fim terminal da razão humana*. Kant crê que o misticismo aventado por Wilmans em sua obra se revela falso, por conta, justamente, deste homem não ter procurado a base, a qual a Filosofia kantiana está fixada: uma *doutrina da sabedoria*, que faz um percurso a partir de sua racionalidade, analisando as potencialidades e limites de si mesmo, e não por inspiração divina, de cima pra baixo.

Os três outros pequenos textos, os quais se referem ao conceito de Filosofia, têm em comum a mesma consideração acerca do caráter próprio da Filosofia: ser uma *doutrina da sabedoria*. Esta avaliação e definição da Filosofia nos mostra que Kant tinha por meta trazer outra vez para a Filosofia a importância cabal que esta tinha na antiguidade, isto é, ser a guia da espécie humana (um modo de vida). Isto fica claro quando olhamos para os gregos e romanos e percebemos que a Filosofia, enquanto *doutrina da sabedoria* de vida disputava terreno com as religiões como saber que ajudava as pessoas a viver de um modo determinado e, por conseguinte, viver de maneira melhor.

Aqui está uma prova cabal para tal relação kantiana, uma vez que o autor se insurge contra a ideia de que há um quê de misticismo em um aspecto importante de sua obra crítica: acerca da religião. Como um filósofo antigo, Kant outra vez separa aquilo que é doutrina racional do bem viver, da mística que busca um conforto em um outro mundo, pois “entre todos os meios de (condução) pelos quais os homens e até povos podem ser dominados pacientemente, o mais vigoroso é a crença em poderes invisíveis, os quais são suprassensíveis e ocorreram apenas em favor de certos escolhidos.”³⁰ O misticismo não deve ser o condutor da espécie humana ao *fim terminal*,³¹ ao *sumo bem*, mas sim a Filosofia em seu aspecto racional intrínseco. Esta posição kantiana acerca do misticismo apenas ilustra o que ele entende por Filosofia, não sendo nossa intenção aqui fazer uma espécie de relação entre moral e religião, mas apenas mostrar que o conceito de Filosofia de Kant tem um viés polifacetado, na medida em que pode ser reivindicado de vários modos para provar o cosmopolitismo especista de Kant.

Portanto, a chave de leitura aqui proposta se refere a um Kant bem mais preocupado com os destinos do ser humano. Cremos que Kant queria “matar dois coelhos com uma só cajadada”, pois ao mesmo tempo em que propôs um rigor metodológico para a Filosofia, deixando-a com um ar científico rigoroso, também trouxe de volta uma feição de um ideal da antiguidade (apenas uma das feições que a Filosofia tinha na antiguidade): a Filosofia como modo de vida, como a *doutrina da sabedoria*³² (sabedoria entendida enquanto busca) que deve guiar a humanidade ao seu *fim último*. Kant sabia muito bem que esta sabedoria nunca existiu de fato, sendo apenas, pois, um ideal a ser buscado; mas esta busca é a própria condição humana. Enfim, a Filosofia teria de ser, mais uma vez, a guia da espécie humana.

NOTAS

¹Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é Doutorando em Filosofia pela UNICAMP.

²Ora, é sabido que já havia conhecimento e apreciação dos astros desde tempos remotos entre os Astecas, os Maias, os Egípcios, os Babilônios; o céu e suas estrelas sempre causaram fascinação desde a tenra idade dos seres humanos. No entanto, o renascimento cultural moderno trouxe, junto a retomada deste ideal grego de compreender a vida, uma nova forma de lidar com a natureza, isto é, a manipulação da natureza deveria ser de tal modo que se pudesse descobrir as leis naturais criadas por Deus. Ao mesmo tempo, o homem desbravava o mundo aumentando o tamanho de seu universo.

³KOYRÈ, A. *Do Mundo fechado ao universo infinito* (Tradução de Donaldson Garschagen). Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.

⁴O que, de fato, ocorre é que a ciência passa a possuir uma dimensão totalmente racional, em detrimento dos sentidos, que simbolizavam a imprecisão do mundo vivido: “Pode-se dizer, aproximadamente, que essa

revolução é científica e filosófica — é de fato impossível separar o aspecto filosófico do puramente científico desse processo, pois um e outro se mostram interdependentes e estreitamente unidos — causou a destruição do Cosmos, ou seja, o desaparecimento dos conceitos válidos, filosófica e cientificamente, da concepção do mundo como um todo finito, fechado e ordenado hierarquicamente (um todo no qual a hierarquia de valor determinava a hierarquia e a estrutura do ser, erguendo-se da terra escura, pesada e imperfeita para a perfeição cada vez mais exaltada das estrelas e das esferas celestes), e a sua substituição por um universo indefinido e até mesmo infinito, que é mantido coeso pela identidade de seus componentes e leis fundamentais, e no qual todos esses componentes são colocados no mesmo nível de ser.” Idem, p 6.

⁵KANT, I. *Allgemeine naturgeschichte und theorie des himmels nebst zwei Supplementen*. Berlin, Herausgegeben von Karl Kehrbach, 1973.

⁶Tal carta data de 23/08/1749. Cf. KANT, I. *Correspondence* (translation by Arnulf Zweig). New York: Cambridge university Press, 1999. p 45.

⁷SENEDA, 2009, p 243.

⁸KANT, 2002, p 51.

⁹“Ora, entre a faculdade de conhecimento e de apetição está o sentimento de prazer, assim como a faculdade do juízo está contida entre o entendimento e a razão. Por isso, pelo menos provisoriamente, é de supor que a faculdade do juízo, exatamente do mesmo modo, contenha por si um princípio a priori e, como com a faculdade de apetição está necessariamente ligado o prazer ou o desprazer (quer ela anteceda, como no caso da faculdade de apetição inferior, o princípio dessa faculdade, quer, como no caso da superior, surja somente a partir da determinação da mesma mediante a lei moral), produza do mesmo modo uma passagem da faculdade do conhecimento pura, isto é, do domínio dos conceitos de natureza, para o domínio do conceito de liberdade, quando no uso lógico torna possível a passagem do entendimento para a razão.” KANT, 2008, p 23.

¹⁰KANT, 2002, p 53.

¹¹KANT, 2010, p 661. (A 838-9/B 866-7).

¹²Apud: HADOT, 1999, p 374. Aqui Pierre Hadot cita Kant: KANT, I. *Vorlesungen über die pholosophische Enzyklopädie*. Berlin: Akademie, 1980. in: Kants gesammelte Schriften, XXX. P 8.

¹³Sobre tais temas há uma gama de livros bem elucidativos, contudo, por economia de espaço, cito apenas dois: FOUCAUL, M. *A Hermenêutica do Sujeito: curso dado no Collège de France 1981-2* (Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchal). São Paulo: Martins Fontes, 2006. e HADOT, Pierre. *O que é a Filosofia antiga?* (Tradução de Dion David Macedo). São Paulo: Loyola, 1999.

¹⁴KANT, I. *Crítica da Razão Pura* (Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão). Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian: 2010. p 20. (B XVII)

¹⁵GIL, A. (Coord.). *Recepção da crítica da razão pura: Antologia de escritos sobre Kant*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1992.

¹⁶Entretanto, será uma análise breve, resumida e carente de detalhes, pois apenas queremos esboçar o modo de operação do entendimento, pois o nosso objetivo é outro: mostrar uma outra chave de leitura.

¹⁷KANT, I. *Progressos da Metafísica* (Tradução: Artur Morão). Lisboa, Edições 70: 1995. p 27-28.

¹⁸KANT, 2010, p 97. (A 65/B 90).

¹⁹DELEUZE, G. *A filosofia crítica de Kant* (Tradução: Germiniano Franco). Lisboa: Eições 70, 2000. p 12.

²⁰KANT, 2010, p 131. (B 132)

²¹ARISTÓTELES. *Organon* (Tradução de Edson Bini). Bauru: Edipro, 2005.

²²KANT, 2010, p 111. (A 80/B 106).

²³Idem, p 325. (A 339/B 397).

²⁴KANT, 1995, p 117.

²⁵KANT, I. *Correspondence* (Translated by Arnulf Zweig). New York: Cambridge university Press, 1999.

²⁶KANT, I. *Informação acerca da orientação dos seus Cursos no Semestre de Inverno de 1765-1766*. In: SANTOS, L. *A razão sensível: Estudo kantiano*. Lisboa: Edições Colibri, 1994a.

²⁷KANT, I. *Manual dos cursos de Lógica geral* (Tradução: Fausto Castilho). Campinas: Ed. Unicamp, 2002b.

²⁸KANT, I. *A Religião nos limites da simples razão* (Tradução de Artur Morão). Lisboa: Edições 70, 2000.

²⁹KANT, I. *Prefácio ao Exame da filosofia kantiana da religião de Reinhold Bernhard Jachmann*. In: PERIN, A. KLEIN, J. T, 2009, p 168-9.

³⁰Idem, p 176.

³¹Tal conceito é explicitado a partir da página 71 deste escrito.

³²Aqui, esta *doutrina da sabedoria* pode ser entendida como um ideal que o ser humano deve buscar. Na antiguidade, a sabedoria era uma busca também, uma vez que o filósofo não podia estar de posse dela sob pena de encerrar a sua atividade.

REFERÊNCIAS

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian: 2010.

KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro, Forense Universitária: 2008

KANT, I. *A Religião nos limites da simples razão*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000.

KANT, I. *Informação acerca da orientação dos seus Cursos no Semestre de Inverno de 1765-1766*. In: SANTOS, L. *A razão sensível: Estudo kantianos*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

KANT, I. *Manual dos cursos de Lógica geral*. Tradução Fausto Castilho. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

KANT, I. *Allgemeine naturgeschichte und theorie des himmels nebst zwei Supplementen*. Berlin, Herausgegeben von Karl Kehrbach, 1973.

KANT, I. *Correspondence* (translation by Arnulf Zweig). New York: Cambridge university Press, 1999.

KANT, I. *Progressos da Metafísica*. Tradução Artur Morão. Lisboa, Edições 70: 1995.

KOYRÈ, A. *Do Mundo fechado ao universo infinito*. Tradução Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.

CUSA, Nicolau de. *A Doutra ignorância*. Tradução João Maria André. Lisboa, Calouste Gulbekian, 2003.

GIL, A. (Coord.). *Recepção da crítica da razão pura: Antologia de escritos sobre Kant*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1992.

DELEUZE, G. *A filosofia crítica de Kant*. Tradução Germiniano Franco. Lisboa: Eições 70, 2000.

ARISTÓTELES. *Organon*. Tradução Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005.

KAULBACH, Friedrich; RITTER, Joachim (Eds.). *Kritik und Metaphysik (Festschrift für Heinz Heimsoeth)*. Berlin: de Gruyter, 1966. In: PERIN, A. KLEIN, J. T. *O Conceito de Filosofia em Kant: uma Tradução e um Comentário*. In: ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 13 nº 1, 2009, p. 165-196.

SENEDA, M.C. *Conceitos de filosofia na escola e no mundo e a formação do filósofo segundo I. Kant*. In: Kriterion (Revista de filosofia — UFMG). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. Vol. 50, nº 119.

HADOT, Pierre. *O que é a Filosofia antiga?*. Tradução Dion David Macedo. São Paulo: Loyola, 1999.

RECEBIDO: 19/09/2014
APROVADO: 25/11/2014